



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para Estagiários de Direito – 2017

CADERNO DE PROVAS

Recife, 20 de maio de 2017

INSTRUÇÕES

As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.

1. Este caderno de provas contém as 30 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 6 de **Direito Constitucional**, 6 de **Direito Administrativo**, 6 de **Direito Penal**, 6 de **Direito Civil** e 6 de **Direito Processual Civil**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 20 de março de 2017. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefone celular, que deverá ser desligado e guardado em recipiente próprio fornecido pela comissão do concurso.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, da folha de respostas e da Prova Dissertativa, e caso seja usada, da folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(A) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou da folha de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam cinco alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(à) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas da folha de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas ou emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição da folha de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(A) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **preta ou azul** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas poderão ser completamente preenchidas ou marcadas com um X, sem que seus limites sejam ultrapassados. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado na folha de respostas na seção correspondente, com caneta preta ou azul.

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **preta ou azul**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova. A identificação deverá ser **exclusivamente** pelo número de inscrição no espaço correspondente.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

BOA SORTE!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2017

PROVA OBJETIVA

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Sobre o controle de constitucionalidade, examine os itens e marque a opção CORRETA.

I. As súmulas vinculantes, aprovadas por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, objetivam superar quadro de insegurança jurídica e multiplicação de processos sobre questões idênticas, sem prejuízo de futuras revisões, na forma estabelecida na lei.

II. O presidente do Congresso Nacional pode propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

III. Como resultado da declaração de inconstitucionalidade por omissão, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao Congresso Nacional para a adoção, no prazo de 120 dias, prorrogável, das providências necessárias a tornar efetiva norma constitucional sem a pertinente disciplina legal.

IV. As autoridades legitimadas podem propor ao Supremo Tribunal Federal o cancelamento de súmula vinculante.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 02

Assinale a opção CORRETA sobre o estatuto constitucional do Ministério Público.

I. A Constituição Federal definiu, como missão do Ministério Público, a defesa também de interesses individuais indisponíveis.

II. Compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

III. No curso de inquérito civil, pode o Ministério Público expedir notificações e requisitar informações e documentos para instruí-lo.

IV. Cabe ao Ministério Público assumir a representação judicial dos órgãos públicos, quando isso for necessário para a defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 03

Em relação aos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal e à sistemática de garantia das obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos no Brasil, examine os itens abaixo e marque a opção CORRETA.

I. O cidadão é parte legítima para propor ação popular para anular ato lesivo aos direitos dos consumidores.

II. O erro judiciário implica o dever de indenização do Estado, inclusive naquelas hipóteses de presos recolhidos depois de cumprida a pena.

III. O preso tem o direito, entre outros, de conhecer a identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório, mesmo nos casos de terrorismo, de permanecer calado e de ter a assistência da família e de advogado.

IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá ser suscitado, perante o Superior Tribunal de Justiça, nos casos de âmbito nacional, e perante o Tribunal Regional Federal, nos casos de âmbito regional, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 04

No que diz respeito à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, analise os itens e assinale a opção CORRETA.

I. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos, pelo presidente da República, e aprovados pela maioria absoluta do Senado, dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.

II. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três ministros, dos quais, um terço será escolhido dentre membros do Ministério Público Federal.

III. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, dentro da respectiva região.

IV. O Conselho Nacional do Ministério Público, presidido pelo procurador-geral da República, compõe-se de três membros do Ministério Público Federal, três membros do Ministério Público dos Estados, dois juízes e dois advogados.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 05

Analise os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

I. O habeas corpus é o remédio constitucional cabível sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

II. O mandado de segurança objetiva proteger direito líquido e certo, de natureza individual, vedada a impetração para proteção de direitos coletivos.

III. O mandado de injunção é o remédio constitucional cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

IV. Por meio do habeas data, assegura-se o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e, se for o caso, a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 06

Em relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, examine as afirmações e escolha a alternativa CORRETA.

I. Os cidadãos devem cumprir obrigação a todos imposta ou a respectiva prestação alternativa, sob pena de perda ou suspensão dos direitos políticos.

II. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando, contudo, à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

III. É condição de elegibilidade o domicílio eleitoral na circunscrição respectiva, salvo nas eleições municipais em região metropolitana, quando o candidato pode residir em outro município da região.

IV. São inalistáveis os estrangeiros e os analfabetos.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 07

Acerca de licitações e contratos administrativos, são CORRETAS as assertivas:

I. A administração pode descumprir os critérios do edital se demonstrar que o fez com vistas à escolha da proposta mais vantajosa.

II. Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer

ter a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, a licitação é inexigível.

III. Dentre as hipóteses de inexigibilidade de licitação, podemos citar a necessidade de aquisição de bens que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo, vedada a preferência de marca.

IV. Quando a lei exige concorrência, é vedado ao administrador parcelar a mesma obra e serviço, ou obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, para enquadrar nas modalidades de tomada de preços ou convite.

V. A licitação não é exigível para contratação de artistas, devido à singularidade do serviço prestado.

(A) I, IV e V.

(B) III e IV.

(C) II, III, IV e V.

(D) todas as assertivas estão corretas.

(E) somente a assertiva V está correta.

QUESTÃO 08

Com respeito aos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Terras devolutas, no ordenamento jurídico brasileiro, são aquelas insuscetíveis de apropriação, quer por parte de particulares, quer pelo poder público, à exceção daquelas indispensáveis à segurança nacional e à proteção das fronteiras.

(B) Terrenos de Marinha são as áreas banhadas pela água do mar, indispensáveis à segurança nacional, classificando-se como bens públicos de uso especial, posto que afetados ao uso exclusivo da Marinha do Brasil.

(C) As jazidas e recursos minerais existentes no subsolo são de domínio particular, assegurado à União e aos Estados direito de participação nos lucros de sua exploração.

(D) Os bens públicos de uso especial são insuscetíveis de alienação, em qualquer circunstância, em razão do princípio da indisponibilidade.

(E) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens pertencentes à União e destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

QUESTÃO 09

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O tombamento é uma modalidade de desapropriação que incide sobre os imóveis considerados do patrimônio histórico negligenciados pelos seus proprietários.

(B) A desapropriação é uma forma originária de aquisição da propriedade, sendo capaz de gerar o título constitutivo de propriedade por força própria, independentemente da cadeia dominial anterior, mesmo

quando o pagamento da indenização é ajustado de forma amigável.

(C) Na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, que é considerada uma desapropriação-sanção aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social, as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em títulos da dívida agrária.

(D) Tendo o direito de propriedade garantia constitucional, toda desapropriação tem como pressuposto estar a propriedade descumprindo sua função social.

(E) A servidão administrativa, a exemplo da instituída para passagem de linha de transmissão de energia elétrica, transfere para o poder público o domínio da faixa respectiva, importando ainda em indenização no valor do domínio pleno.

QUESTÃO 10

Com relação à improbidade administrativa, é VERDADEIRO afirmar:

(A) a Lei n. 8.429/1992, conhecida como LIA (Lei de Improbidade Administrativa), torna crimes determinadas condutas praticadas por agentes públicos, as quais se enquadram no conceito de corrupção.

(B) um servidor absolvido na esfera administrativa por falta disciplinar não pode ser novamente penalizado pelo mesmo fato por meio de ação de improbidade administrativa.

(C) dentre as sanções aplicáveis aos responsáveis por atos de improbidade administrativa que importem em prejuízo ao erário está a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e o ressarcimento integral do dano.

(D) não é possível a punição de um agente público por improbidade administrativa se não há comprovação do recebimento direto de vantagem indevida por ele.

(E) a Lei de Improbidade Administrativa é inaplicável às pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, voltando-se apenas para a punição dos agentes públicos responsáveis.

QUESTÃO 11

No tocante aos atos administrativos e poderes da administração, são CORRETAS as seguintes assertivas:

I. O poder discricionário é a prerrogativa do poder público para escolher aspectos do ato administrativo com base em critérios de conveniência e oportunidade, respeitada a finalidade de realização do interesse público.

II. Comete desvio de finalidade o administrador que determina a remoção ex-officio de um servidor público com o intuito de puni-lo por faltas ao serviço.

III. Quando a administração enuncia os motivos pelos quais praticou um ato, mesmo que a lei não exija esta motivação (ex. exoneração de um servidor de confiança), o ato só será válido se os motivos declarados forem verdadeiros.

IV. A autoexecutoriedade é considerada uma forma de abuso de poder, posto que a administração so-

mente poderá impor medidas coativas a terceiros com autorização prévia do Poder Judiciário.

V. O poder de polícia é exercido pela administração policial com o objetivo de reprimir práticas que são consideradas crimes ou contravenções, conforme a lei penal.

(A) I, II e III.

(B) todas as assertivas estão corretas.

(C) I, III e IV.

(D) IV e V.

(E) somente a assertiva V.

QUESTÃO 12

Acerca dos poderes e princípios administrativos, é CORRETO afirmar:

(A) as sanções derivadas do cometimento de infrações de trânsito são aplicadas com fundamento no poder disciplinar da Administração pública.

(B) o PROCON não pode aplicar multas aos fornecedores que violam o Código de Defesa do Consumidor por ausência de poder regulamentar.

(C) Agências Reguladoras como a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) exercem o poder normativo dentro dos limites que lhes foram conferidos por lei.

(D) pelo princípio hierárquico da autotutela, a administração pode rescindir unilateralmente um contrato administrativo, na presença de irregularidades, não se aplicando ao caso a ampla defesa e o contraditório.

(E) o poder de polícia é representado pela atividade estatal que limita a liberdade pessoal em prol da segurança pública, nos casos que podem envolver crimes ou contravenções.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 13

Para um fato criminoso praticado por Fulano, não reincidente, em 10 de maio de 2010, cuja denúncia, pelo crime de estelionato qualificado, contra a Previdência Social, foi recebida em 18 de maio de 2014, e sentenciado, nos mesmos termos, ou seja, pelo crime do art. 171, § 3º, do Código Penal, a uma pena concreta de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão pelo juízo de primeiro grau, decisão essa que, embora submetida a recurso, ainda não julgado, remonta ao dia 20 de maio de 2016, eis que surge a defesa e vem requerer, no corpo da apelação, enquanto único recorrente, o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, com a consequente extinção da punibilidade. Daí para frente, uma vez submetido o feito à análise da PRR/5ª Região, o que fazer frente a essa alegação da defesa?

(A) Reconhecer a prescrição da pretensão punitiva, em sua modalidade retroativa, na medida em que decorreu um prazo de mais de 04 (quatro) anos entre a data do fato, em 10 de maio de 2010, e o rece-

bimento da denúncia, em 18 de maio de 2014, com aplicação, à hipótese, do art. 109, inciso V, c/c o art. 111, inciso I, ambos do Código Penal.

(B) Não reconhecer a prescrição, na modalidade acima cogitada, na medida em que não decorreu um prazo de 04 (quatro) anos entre qualquer uma daquelas balizas estabelecidas no art. 117 do Código Penal que, nos termos do art. 110, § 1º, do mesmo diploma legal, poderiam ser aplicadas à situação em análise.

(C) Reconhecer a prescrição da pretensão executória, em sua modalidade superveniente, uma vez decorrido um lapso de tempo de mais de 04 (quatro) anos entre a data do fato delituoso, em 10 de maio de 2010, e aquela da sentença, em 20 de maio de 2016, o que justificaria a aplicação, à hipótese, do art. 109, inciso V, do Código Penal, conclusão essa que é extraída do fato de ter sido configurada a coisa julgada em relação à acusação, que ficou inerte no prazo recursal, em tudo a se enquadrar no art. 110, "caput", do mesmo diploma legal.

(D) Reconhecer a prescrição da pretensão executória, em sua modalidade retroativa, uma vez considerado o lapso de tempo de mais de 04 (quatro) anos entre a data do fato delituoso, em 10 de maio de 2010, e aquela da sentença, em 20 de maio de 2016, com aplicação, à hipótese, do art. 109, inciso V, c/c os arts. 111, inciso I, e 117, todos do Código Penal.

(E) Reconhecer a possibilidade de anular o feito criminal e determinar a baixa dos autos para o juízo de primeiro grau para analisar se houve, ou não, o decurso do prazo prescricional, em face de um cotejo entre os arts. 109, inciso V, e 110, ambos do Código Penal, por ser matéria que àquele magistrado cabe primeiramente analisar, sob pena de supressão de instância.

QUESTÃO 14

Por fatos ocorridos sucessivamente em 10 de junho, 11 de agosto e 13 de setembro do mesmo ano de 2008, Fulano, não reincidente, que teve a denúncia contra si recebida em 15 de setembro de 2010, no art. 1º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67, findou por ser condenado, conforme tal enquadramento legal, em sentença prolatada e publicada em 12 de setembro de 2013, tendo na oportunidade recebido uma pena-base de 11 (onze) meses de detenção e mais 1/5 (um quinto) em continuidade delitiva, perfazendo uma pena total de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 06 (seis) dias de detenção. Dessa sentença só a defesa recorreu, em cuja peça alega, como primeiro argumento, a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em sua modalidade retroativa. Daí para frente, uma vez submetido o feito à análise da PRR/5ª Região, o que fazer e como fundamentar o parecer frente a essa específica alegação da defesa?

(A) Reconhecer essa forma de prescrição, uma vez que a pena passível desse tipo de contagem é inferior a 01 (um) ano, o suficiente para fazer incidir o prazo prescricional de 02 (dois) anos entre o último fato delituoso, em 13 de setembro de 2008, e a data do recebimento da denúncia, em 15 de setembro de 2010, conclusão essa que pode ser estabelecida nos termos da redação aqui aplicável do art. 109, inciso VI, do Código Penal.

(B) Reconhecer essa forma de prescrição, uma vez que a pena passível desse tipo de contagem, sendo superior a 01 (um) ano, reclama a incidência de um prazo prescricional de 04 (quatro) anos, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal, lapso esse já vencido entre a data do último fato delituoso, em 13 de setembro de 2008, e a data da sentença condenatória, em 12 de setembro de 2013.

(C) Não reconhecer essa forma de prescrição, uma vez que a pena passível desse tipo de contagem, sendo superior a 01 (um) ano, reclama a incidência de um prazo prescricional de 04 (quatro) anos, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal, lapso esse não ocorrido nem entre o último fato delituoso, em 13 de setembro de 2008, e a data de recebimento da denúncia, em 15 de setembro de 2010, nem entre esta última data, antes referida, e aquela de prolação da sentença condenatória, em 12 de setembro de 2013.

(D) Não reconhecer essa forma de prescrição, uma vez que a pena passível desse tipo de contagem, sendo inferior a 01 (um) ano, reclama a incidência de um prazo prescricional de 03 (três) anos, nos termos da redação atual do art. 109, inciso VI, do Código Penal, lapso esse não ocorrido nem entre o último fato delituoso, em 13 de setembro de 2008, e a data de recebimento da denúncia, em 15 de setembro de 2010, nem entre esta última data, antes referida, e aquela de prolação da sentença condenatória, em 12 de setembro de 2013.

(E) Reconhecer a possibilidade de anular o feito criminal e determinar a baixa dos autos para o juízo de primeiro grau para analisar se houve, ou não, o decurso do prazo prescricional, em face de um cotejo entre os arts. 109, inciso VI, e 110, ambos do Código Penal, por ser matéria que àquele magistrado cabe primeiro analisar, sob pena de supressão de instância.

QUESTÃO 15

Sicrano, construtor de moradias populares, contratou Fulano, como mestre de obras, sendo que este recebeu daquele o equivalente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em itens diversos de material de construção para aplicar na edificação de 20 (vinte) moradias, tendo o contratado a partir daí tomado para si, como próprio fosse, parte desse produto, assim o fazendo através de venda a um terceiro, alheio à construção, aqui chamado Beltrano, que, por sua vez, aproveitou para fazer essa aquisição pelo fato da negociação espelhar um valor muito aquém daquele de mercado. Essa conduta de Fulano importou, a seu favor, em uma vantagem ilícita de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), tendo alguns dos cadastrados, que pagaram 1.000,00 (um mil reais) pela inscrição, deixado de receber a casa do programa de habitação popular no qual estavam inscritos. Em qual figura delituosa incidiu especificamente Fulano?

- (A) Furto.
- (B) Roubo.
- (C) Receptação.
- (D) Apropriação indébita.
- (E) Estelionato.

QUESTÃO 16

Fulano foi preso em flagrante delito em operação investigatória realizada em conjunto entre integrantes da Polícia Federal e auditores da Receita Federal, oportunidade em que aquele portava 10 (dez) notas falsificadas de R\$ 50,00 (cinquenta reais), falsificação essa que, embora tida por grosseira em laudo pericial, permitiu àquele, minutos antes, lograr êxito ao enganar, com uma dessas cédulas, um pequeno agricultor. Esse pequeno agricultor, por sua vez, era uma pessoa rústica, sem maior instrução, mas que se viu animado a instalar, naquele mesmo dia, uma barraca na feira local com a qual pretendia vender, com lucro, seus produtos agrícolas, não fosse o fato de ter sido enganado por Fulano, ao lhe repassar uma nota falsificada. Pergunta-se: em que situação Fulano melhor se enquadra?

- (A) No crime de estelionato.
- (B) No crime de moeda falsa.
- (C) No crime de falsidade ideológica.
- (D) No crime de sonegação fiscal.
- (E) Sua conduta não é passível de enquadramento delituoso.

QUESTÃO 17

Fulano, sócio-administrador e representante de sociedade empresária inscrita no Sistema Simples, um programa simplificado de cobrança de tributos, foi destinatário, em nome desta, de um termo de autuação fiscal a cargo de auditores da Receita Federal por movimentação financeira incompatível com essa condição, enquanto revelada em seus informes e livros fiscais uma diferença a maior, em comparação com a declaração de imposto de renda/pessoa jurídica, tendo o contribuinte, não satisfeito, impugnado essa autuação, o que ensejou a abertura de um procedimento administrativo fiscal. A Receita Federal, antes mesmo da conclusão da seara fiscal, encaminhou uma representação ao Ministério Público Federal, tendo um de seus integrantes apresentado, de imediato, denúncia por crime no qual Fulano estaria enquadrado no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90. O mesmo Fulano, através de sua defesa, impetrou habeas corpus, no qual pretende o trancamento da ação penal. Daí para frente, uma vez submetida a questão à análise da PRR/5ª Região, o que fazer e como fundamentar o parecer frente a essa específica alegação da defesa?

- (A) Opinar pela denegação do habeas corpus, por se tratar de crime fiscal que, enquanto configurado, no plano abstrato, tornaria o denunciado passível de responsabilização criminal, em juízo, uma vez aplicável, à situação, a presunção in dubio pro societate.
- (B) Opinar pela suspensão do julgamento do habeas corpus, assim se entendendo até que seja solucionado, em paralelo, o procedimento administrativo fiscal.
- (C) Opinar pelo não conhecimento do habeas corpus, pois o fato de o sócio representante do contribuinte responder a um processo criminal não implica em qualquer constrangimento ilegal.

(D) Opinar pela concessão do habeas corpus, por se tratar de crime que, embora passível de enquadramento típico, em tese, fica a depender da constituição definitiva do crédito tributário, como consequência da discussão existente no âmbito administrativo fiscal.

(E) Opinar pela concessão parcial do habeas corpus, por entender que o feito criminal estaria passível de anulação, na medida em que o contribuinte, enquanto inscrito no Sistema Simples, não responde por crime fiscal.

QUESTÃO 18

Fulano, proprietário de uma área rural, em cujo entorno passa um rio, fez chegar à unidade local do Ministério Público Federal uma notícia segundo a qual nas margens desse corpo d'água Sicrano teria promovido no subsolo a extração de uma grande quantidade de areia, atividade essa que, de caráter particular, realizou-se sem autorização de qualquer órgão público. Com base nesse contexto houve uma investigação, cuja conclusão levou um integrante do Parquet federal a afastar qualquer medida despenalizadora da Lei nº 9.099/95, embora as condições subjetivas fossem favoráveis ao imputado, após o que denunciou Sicrano em juízo pelo cometimento dos crimes do art. 2º da Lei nº 8.176/91 (eis a sua redação e pena: "constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo" - "Pena: detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa") e art. 55 da Lei nº 9.605/98 (eis também a sua redação e pena: "executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida" - "Pena: detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa"), tendo o denunciado sido condenado pelo juiz federal de primeiro grau por esses mesmos delitos, ainda que nas penas mínimas correspondentes a cada um deles, ao mesmo tempo que a sentença admitiu a possibilidade de substituição de penas privativas de liberdade por restritivas de direitos. Só a defesa do sentenciado recorreu, tendo a sua peça se valido do argumento segundo o qual a areia não se constitui em bem mineral e, por isso, não houve crime, e, ainda que houvesse, seria o caso de ser condenado por apenas um dos delitos, e não pelos dois, por se submeter a hipótese ao chamado "conflito aparente de normas". Daí para frente, uma vez submetido o apelo criminal à análise da PRR/5ª Região, o que fazer e como fundamentar o parecer com base na jurisprudência predominante nos tribunais superiores?

(A) Concluir que a hipótese é de provimento do apelo, em sua totalidade, por não ser a areia bem mineral, o que elimina o enquadramento tanto no art. 2º da Lei nº 8.176/91 como no art. 55 da Lei nº 9.605/98.

(B) Concluir que a hipótese é de provimento parcial do apelo, não por excluir a areia da condição de bem mineral, mas sim por entender que se aplica, à hipótese, o "conflito aparente de normas", o que significa admitir a manutenção da condenação unicamente pelo delito previsto no art. 2º da Lei nº 8.176/91, cuja pena, por ser maior, prevalece frente àquela prevista em relação ao art. 55 da Lei nº 9.605/98.

(C) Concluir que a hipótese é de nulidade do processo, pois, sendo o local do enquadramento fático-jurídico um rio sobre o qual não se tem notícia de pertencer à União, a competência seria da justiça estadual, e não da federal.

(D) Concluir que a hipótese é de nulidade parcial do processo, tão somente para considerar que, sendo um só dos tipos delituosos passíveis de aplicação, e não os dois delitos, em concurso formal, como entendeu o juízo sentenciante, é o caso de baixar os autos ao juízo federal de primeiro grau para que ali seja oferecida ao apelante a possibilidade de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei nº 9.099/95, dando-se por afastada, uma vez aplicável uma medida despenalizadora, a condenação.

(E) Concluir que a hipótese é de improvimento do recurso, em sua totalidade, pois a areia é considerada bem mineral e, nesses casos, há concurso formal, e não "conflito aparente de normas", entre os delitos do art. 2º da Lei nº 8.176/91 e do art. 55 da Lei nº 9.605/98, no que protegem bens jurídicos diversos.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 19

A denúncia vazia, na locação residencial ajustada por escrito, é possível:

(A) ao término do prazo contratual, se este tiver sido no mínimo, trinta meses.

(B) seis meses após o término do contrato, qualquer que tenha sido o seu prazo.

(C) ao término do contrato, qualquer que tenha sido seu prazo.

(D) se o locador notificar o locatário, com trinta dias de antecedência do término do prazo contratual, se tiver sido de, pelo menos, dois anos.

(E) se o locador precisar do imóvel para uso próprio mesmo durante o prazo do contrato.

QUESTÃO 20

Ficará isento de indenizar a vítima com fundamento civil, o agente que for:

(A) absolvido no juízo criminal, porque o fato de que foi acusado não constitui crime.

(B) absolvido no juízo criminal, porque negada peremptoriamente a autoria.

(C) absolvido no juízo criminal, por insuficiência de provas.

(D) condenado no juízo criminal, mas em seguida anistiado.

(E) impronunciado no caso de homicídio doloso tentado.

QUESTÃO 21

Com relação à responsabilidade por vício do produto e do serviço, previsto na Lei n. 8078/90 (Código do Consumidor), assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O fabricante e o produtor, entre outros, respondem pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, uma vez provada a sua culpa.

(B) O fabricante e o produtor, entre outros, não serão responsáveis, quando provarem que não colocaram o produto no mercado.

(C) O fabricante e o produtor, entre outros, não serão responsáveis, embora hajam colocado o produto no mercado, se provarem que o defeito inexiste.

(D) O fabricante e o produtor, entre outros, não serão responsáveis, se provarem a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

(E) O fabricante não terá responsabilidade alguma.

QUESTÃO 22

São direitos reais:

(A) a propriedade, a posse e a hipoteca.

(B) a hipoteca, o usufruto e a posse.

(C) a enfiteuse, a propriedade e o uso.

(D) o penhor, a hipoteca e a posse.

(E) a propriedade e a posse.

QUESTÃO 23

Com relação às árvores limítrofes, é INCORRETO afirmar:

(A) a árvore cujo tronco estiver na linha divisória de dois prédios vizinhos presumir-se-á pertencente em comum aos proprietários daqueles imóveis.

(B) os frutos caídos de árvores de terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.

(C) as raízes e ramos de árvores, que ultrapassaram a extrema de prédio poderão ser cortados pelo vizinho, no limite estabelecido pela lei.

(D) as raízes e ramos de árvores, que ultrapassaram a extrema do prédio não poderão ser cortados pelo vizinho, salvo se acarretar dano, até o plano vertical divisório.

(E) todas as hipóteses descritas neste quesito são corretas.

QUESTÃO 24

Com relação ao Instituto da Posse, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O possuidor de boa-fé não tem direito à indenização das benfeitorias voluptuárias.

(B) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização apenas das benfeitorias necessárias e úteis, podendo levá-las se não lhe forem pagas, sem detrimento da coisa.

(C) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e voluptuárias, sobre as

quais poderá exercer o direito de retenção, pelo seu valor.

(D) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, sobre as quais poderá exercer o direito de retenção pelo seu valor.

(E) O possuidor de má-fé também tem direito de retenção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 25

Na sistemática do novo CPC, é CORRETO afirmar, quanto aos prazos processuais, que:

(A) se houver dois réus com diferentes procuradores, a contagem do prazo será em dobro para a prática de todos os atos processuais, em qualquer juízo ou tribunal, mesmo que apenas um deles conteste a ação.

(B) o agravo de instrumento interposto antes que o agravante seja intimado da decisão agravada é intempestivo.

(C) a contagem de prazo em dobro para litisconsortes com diferentes procuradores, desde que estes sejam de escritórios de advocacia distintos, aplica-se ao processo eletrônico.

(D) a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça expressamente.

(E) na contagem de todos os prazos processuais estabelecidos em lei serão computados apenas os dias úteis.

QUESTÃO 26

Quanto à intervenção do Ministério Público no processo civil como fiscal da ordem jurídica, é CORRETO afirmar que:

(A) tratando-se de caso de intervenção obrigatória, se, findo o prazo para oferecimento de parecer, não for juntada aos autos manifestação do Ministério Público, o juiz deverá suspender o processo e comunicar o fato ao Procurador-Geral de Justiça, a quem caberá designar outro membro para a prática do ato.

(B) o prazo para o Ministério Público intervir como fiscal da ordem jurídica é de 30 dias úteis, sem direito ao benefício da contagem em dobro.

(C) nas ações rescisórias o Ministério Público deve ser sempre chamado a intervir como fiscal da ordem jurídica, sendo que a ausência de sua intervenção constituirá causa de nulidade do processo.

(D) será obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações de execução fiscal quando, realizada a penhora, forem interpostos embargos de terceiro por pessoa física ou jurídica que alegue ser a real proprietária do bem penhorado.

(E) será sempre obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações previdenciárias, em razão do interesse público e social no adequado funcionamento do sistema.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Na defesa dos direitos e interesses coletivos é cabível o litisconsórcio ativo entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, devendo a ação civil pública, nesse caso, ser proposta perante a Justiça Estadual do local onde ocorreu o dano.

(B) A associação civil que inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente (pertinência temática) é parte legítima para o ajuizamento de ação civil pública contra os responsáveis por dano ambiental de grandes proporções; para tanto, contudo, deverá preencher concomitantemente o requisito da pré-constituição (estar constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil), o qual não poderá ser de nenhuma forma dispensado.

(C) Nas ações propostas em defesa de interesses difusos ou coletivos o Ministério Público, quando não intervier como parte, atuará obrigatoriamente como custos legis.

(D) Qualquer dos legitimados para a propositura da ação civil pública principal e de sua cautelar poderá, na forma da lei, tomar do infrator termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo extrajudicial.

(E) Com a finalidade de obter elementos indispensáveis para instruir a inicial, os órgãos públicos legitimados para a propositura de ação civil público poderão instaurar inquérito civil.

QUESTÃO 28

Quanto à comunicação dos atos processuais no processo civil, é CORRETO afirmar que:

(A) o novo CPC previu a intimação da testemunha pelo juízo como exceção, sendo a regra a intimação pelo advogado da parte que a arrolou ou o compromisso deste de levá-la à audiência independentemente de intimação.

(B) a citação será pessoal, não podendo ser validamente feita na pessoa do procurador do réu.

(C) a citação do Município somente será válida se feita na pessoa do Prefeito Municipal.

(D) em ação ajuizada por servidor contra o Estado buscando o pagamento de diferenças salariais a citação poderá ser feita por via postal.

(E) não é admitida intimação com hora certa.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) De acordo com o novo CPC, o relator poderá, monocraticamente, negar provimento a recurso que for contrário a Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

(B) Os prazos para propositura e apresentação de contrarrazões de recurso foram unificados no novo CPC, à exceção dos embargos de declaração.

(C) O recurso adesivo é admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

(D) Após apresentadas as contrarrazões, o recorrente somente poderá desistir do recurso se houver a concordância do recorrido.

(E) A prática de ato incompatível com a vontade de recorrer configura aceitação tácita da decisão, dando causa ao não conhecimento do recurso.

QUESTÃO 30

Leia atentamente as afirmações a seguir e após assinale a opção CORRETA.

I. No processo civil brasileiro, as perguntas deverão ser feitas diretamente pelas partes às testemunhas, cabendo ao juiz indeferir aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida; contudo, não poderá o próprio juiz formular perguntas, sob pena de violação do princípio da imparcialidade.

II. Havendo no processo causa de nulidade, o juiz não a pronunciará se puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a sua decretação, em razão do princípio pas de nullité sans grief.

III. Da decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos caberá agravo ao tribunal superior respectivo.

(A) São verdadeiras as alternativas I, II e III.

(B) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

(C) Somente a alternativa III é verdadeira.

(D) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.

(E) Somente a alternativa II é verdadeira.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2017

PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:						
-----------------------------	--	--	--	--	--	--

Questão 1:

DISSERTE SOBRE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DEVE ABORDAR:

A) O QUE É SUPREMACIA CONSTITUCIONAL?

B) O QUE É INCONSTITUCIONALIDADE POR AÇÃO E INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO?

C) O QUE SÃO OS SISTEMAS POLÍTICO, JURISDICIONAL E MISTO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E QUAL OU QUAIS SISTEMAS FOI OU FORAM ADOTADOS PELA CF/1988?

D) O QUE ENTENDE POR CONTROLE DIFUSO E CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE?

E) QUEM TEM COMPETÊNCIA, NOS SISTEMAS DIFUSO E CONCENTRADO, PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DE UMA LEI MUNICIPAL QUE VIOLE A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E DE UMA LEI FEDERAL QUE VIOLE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL?

COMO CANDIDATO A ESTAGIÁRIO DA PRR5, DE FORMA DIRETA, ELABORE UMA DISSERTAÇÃO TRAZENDO EM SEU CONTEXTO OS ELEMENTOS ACIMA ELENCADOS.

Questão 2:

EXPLIQUE O DOLO À LUZ DAS TEORIAS DA VONTADE, REPRESENTAÇÃO E CONSENTIMENTO, ALÉM DE SUA EVENTUAL LIGAÇÃO COM A CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE.

BOA SORTE!

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, leaving small margins at the top and bottom. There are no vertical margin lines, and the page is completely blank except for the lines themselves.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

[illegible]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2017

RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

RASCUNHO

RASCUNHO